

Um conceito estratégico para Portugal

O mundo está em mudança. A guerra regressou à Europa. Há potências autocráticas que tentam instaurar uma ordem internacional pós-democrática. Estão em causa os nossos valores – a democracia, a liberdade e o respeito pelos direitos humanos –, mas também os nossos interesses.

Nuno Severiano Teixeira | Público | 5 de outubro de 2022

O Governo lançou na semana passada o processo de revisão do conceito estratégico de defesa nacional. Mas porque precisa Portugal de um novo conceito estratégico? E se sim, em que termos deverá ser revisto?

O mundo está em mudança. A guerra regressou à Europa. A ordem internacional liberal e a democracia são, hoje, desafiadas por potências autocráticas que querem instaurar uma ordem internacional pós-democrática. Isto é, estão em causa os nossos valores: a democracia, a liberdade e o respeito pelos direitos humanos.

Estão em causa os valores, mas também, os interesses: o desenvolvimento, a sustentabilidade, o bem-estar e o nosso modo de vida. É tudo isso que está, hoje, posto em causa por um espectro múltiplo de novas ameaças e riscos, cada vez mais híbridas e transversais, sofisticadas e complexas. Militares e não militares. E que se movem num contínuo que vai do regresso das velhas ameaças territoriais ao ciberespaço e em que a fronteira entre o interno e o internacional é cada vez mais indefinida. É todo um novo ambiente estratégico ao qual é preciso dar resposta.

A Europa, à qual pertencemos e onde está o nosso destino como nação, não é alheia a estas tendências globais: de fragmentação e desglobalização, erosão da ordem multilateral e desafio à democracia liberal. Não é alheia e, nesse sentido, a UE aprovou, recentemente, a sua resposta adaptativa ao novo ambiente estratégico: a chamada “bússola estratégica”. Tal como a NATO na sua última cimeira, em Madrid, aprovou o seu novo conceito estratégico. Para Portugal, são dois documentos que não se poderá ignorar na formulação do seu novo conceito estratégico.

Um desígnio nacional, Portugal sempre o teve: da formação da nacionalidade, à independência e à restauração, dos sucessivos impérios à integração europeia. Mas a codificação estratégica desse desígnio, a definição de objectivos nacionais traduzidos em consenso político e diploma legal, isso é um conceito recente. Portugal aprovou o seu primeiro conceito estratégico, em 1985, ainda em plena Guerra Fria. E a sua primeira revisão, em 1994, reflectia, já a dupla mudança, do fim da Guerra Fria e da integração europeia de Portugal. O conceito de 2003 respondia ao 11 de Setembro, ao terrorismo transnacional e ao segundo pós-Guerra Fria. E o de 2013 à crise financeira internacional

e do euro e ao seu impacto em Portugal – o pedido de assistência financeira – assim como aos primeiros sinais de contestação da ordem internacional liberal.

Em 2023, o novo conceito terá que responder ao mundo pós-guerra da Ucrânia. E no actual ambiente estratégico terá que partir, obrigatoriamente, de um conceito de segurança nacional alargado. Um conceito cujo referente da segurança não é só o Estado, são também as pessoas. E cujo instrumento da segurança não é só o uso da força, mas também outros instrumentos.

O novo conceito terá que conter continuidade e mudança. Continuidade, na permanência da posição geopolítica de Portugal e das suas áreas de interesse estratégico: país europeu, com uma posição atlântica e uma vocação global. São valores permanentes: activos históricos que Portugal pode e deve projectar no seu futuro. Continuidade, também, no investimento imperativo na defesa nacional e nas forças armadas e na sua transformação adaptativa ao novo ambiente estratégico: nas estruturas de decisão; na qualificação e prestígio dos seus recursos humanos; na modernização das suas capacidades, as tradicionais e as novas, como as tecnologias disruptivas e, em particular, a ciberdefesa; e na articulação cada vez mais estreita entre os instrumentos da segurança interna e da defesa nacional. Mas, mudança, também, porque o novo conceito estratégico não poderá ignorar os instrumentos que estão para além do uso da força e que são, hoje, factores estratégicos para a segurança, a defesa e a soberania nacional: a competitividade da economia; a investigação científica e a modernização tecnológica; a sustentabilidade ambiental; a transição digital; a resiliência das instituições e da sociedade e, claro está, a força dos valores democráticos que são os nossos.

É claro que nestas matérias nunca há unanimidade. Em democracia é natural que não haja. E, pelo contrário, o natural é que haja pluralidade. Mas o conceito estratégico deve resultar do compromisso dessa pluralidade política e terá que encontrar um consenso democrático, o mais alargado possível, como convém ao interesse nacional.

<https://www.publico.pt/2022/10/05/opiniao/opiniao/conceito-estrategico-portugal-2022834>